



SENADO FEDERAL
Secretaria de Tecnologia da Informação – Prodasen
Coordenação de Atendimento – COATEN
Serviço de Apoio Administrativo da COATEN- SEAATE

Despacho nº 27/2025 PRDSTI/COATEN/SEAATE

Referente ao Processo nº 00200.003001/2025-16

Em 26 de maio de 2025

Assunto: Análise das minutas de edital e contrato e das recomendações da COPEL

À Coordenação de Apoio Técnico a Contratações – COATC/SADCON

Em atenção ao Ofício nº 393/2025 – COATC/SADCON, informamos que, após análise da minuta de edital e das notas nela inseridas, foram promovidos os devidos ajustes no Termo de Referência (TR), resultando em nova versão do documento (NUP 00100.093924/2025-80).

A fim de facilitar a conferência das alterações realizadas, anexamos a este despacho a Tabela de Alterações, contendo o resumo dos ajustes efetuados, os itens modificados e as respectivas justificativas.

Informamos, ainda, que os documentos solicitados — nova versão do TR com as alterações destacadas e tabela comparativa — foram enviados para o e-mail coatc@senado.leg.br, conforme solicitado.

Com relação às minutas, considerando que as alterações realizadas no Termo de Referência sejam devidamente incorporadas, este órgão técnico entende que as minutas de edital e contrato estão adequadas e podem subsidiar a licitação, por refletirem corretamente as especificações e exigências definidas.

Dessa forma, submetemos os presentes autos para continuidade da tramitação processual.

Atenciosamente,

(Assinado eletronicamente)
Fernando Rodrigues Ferreira
Chefe do SEMOTI/COATEN/PRDSTI/DGER



NOTA/Recomendação	Item do TR alterado	Ajuste Realizado	Justificativa
Recomendações COATC (NUP 00100.086021/2025-42)			
NOTA AO OT 1: Com relação ao direito de preferência para bens e serviços de informática, informa-se que o Decreto 7.174/2010 não foi recepcionado pela Lei 14.133/2021, conforme informado pela COPEL no documento nº 00100.170281/2024-14. Sugere-se, portanto, a exclusão do item 2.9 do termo de referência.)	2.9. Direito de preferência 2.9.1. Por se tratar de aquisição de bens e serviços de informática e automação, deverá ser aplicado o direito de preferência previsto no art. 3º da Lei nº 8.248/1991, consoante procedimentos descritos no Decreto nº 7.174/2010, caso o Sistema Compras.gov.br esteja parametrizado para a aplicação deste direito.	Item excluído.	Exclusão realizada.
NOTA AO OT 2: sugere-se ao órgão técnico atualizar a redação dos itens 3.4 e 3.5 do termo de referência conforme itens 3.3 e 3.4 da minuta-padrão de edital.	3.4. Caso a interessada opte por não realizar vistoria, firmará declaração na qual dispensa a necessidade de vistoria, assumindo todo e qualquer risco por sua decisão e se comprometendo a prestar fielmente o serviço nos termos de sua proposta e do edital. 3.5. O Termo de Vistoria ou a Declaração de Dispensa de Vistoria deverá ser apresentada no ato de cadastramento da proposta. A não apresentação dos mencionados documentos implica aceitação geral e irrestrita por parte da licitante das especificações e condições do objeto licitado e de sua plena execução.	3.3. Caso a interessada opte por não realizar vistoria prévia, firmará Declaração de Dispensa de Vistoria, assinada pelo responsável técnico da licitante, na qual atestará o conhecimento pleno do local e das condições e peculiaridades da contratação, assumindo todo e qualquer risco por sua decisão e se comprometendo a prestar fielmente o serviço nos termos de sua proposta e do presente edital. 3.4. O Termo de Vistoria ou a Declaração de Dispensa de Vistoria deverá ser apresentado(a) junto com a documentação de habilitação. A não apresentação dos mencionados documentos implica aceitação geral e irrestrita por parte da licitante das especificações e condições do objeto licitado e de sua plena execução.	O texto estava de acordo com a minuta-padrão de edital mais recente disponível na intranet (Versão: 6 - Atualizada em: 22/04/2024). De qualquer forma, o texto foi atualizado para ficar de acordo com a minuta de edital.
NOTA AO OT 3: Questiona-se o órgão técnico os prazos para elaboração deste cronograma por parte da contratada, aprovação por parte do Senado e revisão	8.3. A manutenção preventiva será realizada conforme cronograma previamente aprovado pelo gestor do contrato, garantindo a revisão periódica das impressoras de crachá para evitar	8.7. A manutenção preventiva será realizada conforme cronograma previamente aprovado pelo Fiscal do contrato, garantindo a revisão periódica das impressoras de crachá para evitar	Prazos incluídos.

por parte da CONTRATADA (caso não seja aprovado pelo SENADO)	falhas operacionais. Já a manutenção corretiva deverá ser acionada sempre que houver necessidade, respeitando os prazos estabelecidos para atendimento técnico.	falhas operacionais. Já a manutenção corretiva deverá ser acionada sempre que houver necessidade, respeitando os prazos estabelecidos para atendimento técnico. 8.7.1. A contratada deverá elaborar e encaminhar o cronograma de manutenção preventiva no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de assinatura do contrato. 8.7.2. O Senado Federal analisará o cronograma apresentado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, podendo aprová-lo ou solicitar ajustes. Caso haja solicitação de alterações, a contratada deverá apresentar a versão final do cronograma, com as devidas correções, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da solicitação. 8.7.3. A periodicidade das manutenções preventivas deverá ser, no mínimo, mensal.	
NOTA AO OT 4: Quanto à revisão periódica, seria o caso de estabelecer a periodicidade de antemão. Por exemplo: mensal ou trimestral?	(item incluído)	8.7.3. A periodicidade das manutenções preventivas deverá ser, no mínimo, mensal.	Especificada a periodicidade mínima das manutenções preventivas.
NOTA AO OT 5: A substituição de peças será com ou sem ônus adicional ao SENADO?	8.4. Todas as peças eventualmente substituídas deverão ser novas, originais e compatíveis com as impressoras em uso, garantindo o pleno funcionamento dos equipamentos. A substituição de peças deverá estar incluída nos serviços de manutenção contratados.	8.8. Todas as peças eventualmente substituídas deverão ser novas, originais e compatíveis com as impressoras em uso, garantindo o pleno funcionamento dos equipamentos. A substituição de peças deverá estar incluída nos serviços de manutenção contratados sem ônus adicional ao SENADO.	A substituição de peças será, em regra, sem ônus adicional ao Senado, texto atualizado. A fiscalização, entretanto, achou importante ressaltar casos de mau uso. Tais ressalvas foram adicionadas ao item “7.4. Obrigações do contratante”.
NOTA AO OT 6: Em qual prazo? A contar de qual marco?	8.6. Em casos em que a substituição de peças seja necessária e não houver disponibilidade imediata, a contratada deverá apresentar um plano de contingência para minimizar impactos na	(item excluído)	Em consulta à fiscalização, optou-se pela exclusão do item pelo entendimento de que o item 8.12, que trata da possibilidade de remoção da impressora para realização

	operação do Serviço de Credenciamento, garantindo a rápida retomada do funcionamento das impressoras.		de manutenção, é suficiente para a gestão contratual.
NOTA AO OT 7: Em qual prazo? A contar de qual marco?	8.8. Os chamados de manutenção deverão ser abertos por e-mail pela área solicitante, contendo a descrição detalhada do problema e a identificação do equipamento afetado. A contratada deverá acusar o recebimento do chamado.	8.11. Os chamados de manutenção deverão ser abertos por e-mail pela área solicitante, contendo a descrição detalhada do problema e a identificação do equipamento afetado.	Em contato com a fiscalização, optou-se por não obrigar a contratada a acusar o recebimento do chamado, mantendo-se os indicadores do IMR.
NOTA AO OT 8: Não deveria ser valor mensal do contrato?	$I1 \geq 90\%$: 100% do valor do serviço. $80 \leq I1 < 90\%$: 90% do valor do serviço. $I1 < 80\%$: 80% do valor do serviço.	$I1 \geq 90\%$: 100% do valor mensal do contrato . $80 \leq I1 < 90\%$: 90% do valor mensal do contrato . $I1 < 80\%$: 80% do valor mensal do contrato .	Ajustado para valor mensal do contrato.
NOTA AO OT 9: É recomendável estabelecer o que se entende por horário comercial.	Chamados abertos fora do horário comercial começarão a contar a partir do primeiro horário útil seguinte.	Chamados abertos fora do horário comercial (de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h) começarão a contar a partir do primeiro horário útil seguinte.	Especificado o horário comercial considerado.
NOTA AO OT 10: Não deveria ser valor mensal do contrato?	$I2 \geq 90\%$: 100% do valor do serviço. $80 \leq I2 < 90\%$: 90% do valor do serviço. $I2 < 80\%$: 80% do valor do serviço.	$I2 \geq 90\%$: 100% do valor mensal do contrato . $80 \leq I2 < 90\%$: 90% do valor mensal do contrato . $I2 < 80\%$: 80% do valor mensal do contrato .	Ajustado para valor mensal do contrato.
NOTA AO OT 11: É recomendável que se exija que o SENADO deve ser avisado antes do fim do prazo inicial.	Em caso de falta de peças ou dificuldades logísticas admite-se a possibilidade de prorrogar os prazos em até 60 (sessenta) dias, a critério dos fiscais.	Em caso de falta de peças ou dificuldades logísticas admite-se a possibilidade de prorrogar os prazos em até 60 (sessenta) dias, a critério dos fiscais. A prorrogação deve ser solicitada pela Contratada ao Senado antes do fim do prazo inicial.	Exigência incluída no texto.
NOTA AO OT 12: Não deveria ser valor mensal do contrato?	$I3 \geq 90\%$: 100% do valor do serviço. $80 \leq I3 < 90\%$: 90% do valor do serviço. $I3 < 80\%$: 80% do valor do serviço.	$I3 \geq 90\%$: 100% do valor mensal do contrato . $80 \leq I3 < 90\%$: 90% do valor mensal do contrato . $I3 < 80\%$: 80% do valor mensal do contrato .	Ajustado para valor mensal do contrato.
NOTA AO OT 13: Não deveria ser valor mensal do contrato?	$I4 \geq 90\%$: 100% do valor do serviço. $80 \leq I4 < 90\%$: 90% do valor do serviço. $I4 < 80\%$: 80% do valor do serviço.	$I4 \geq 90\%$: 100% do valor mensal do contrato .	Ajustado para valor mensal do contrato.

		<p>$80 \leq I4 < 90\%$: 90% do valor mensal do contrato.</p> <p>$I4 < 80\%$: 80% do valor mensal do contrato.</p>	
NOTA AO OT 14: solicita-se ao órgão técnico informar o limite de glosa a partir do qual será considerada inexecução contratual, com aplicação de multa.	(item incluído)	11.4. O valor total das glosas aplicadas à contratada, em razão do descumprimento dos indicadores definidos no IMR, não poderá ultrapassar o limite de 30% (trinta por cento) do valor mensal do contrato.	Especificado o limite máximo de glosas de 30% no item 11 (11. Previsão de adoção de Instrumento de Medição de Resultado – IMR).
NOTA AO OT 15: Considerando que os prazos de execução são contados em horas, sugere-se ao órgão técnico avaliar se os percentuais acima são adequados, podendo modificá-los de acordo com as peculiaridades do objeto.	<p>10. Previsão de penalidade por descumprimento contratual</p> <p>10.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:</p> <p>10.1.1. 5% (cinco por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;</p> <p>10.1.2. 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);</p> <p>10.1.3. 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo).</p> <p>10.1. As demais hipóteses e condições de sanção deverão seguir as disposições da minuta-padrão de edital.</p>	(sem alterações)	O Órgão Técnico entende que os prazos e percentuais são adequados.
NOTA AO OT 16: sugere-se ao órgão técnico complementar a justificativa para a vigência inicial de 24 meses, em conformidade com o art. 106 da Lei 14.133/2021.	(item incluído)	4.2.2. A vigência inicial de 24 (vinte e quatro) meses justifica-se pela natureza do serviço como prestação continuada, essencial à segurança institucional do Senado Federal. Esse prazo permite maior estabilidade na prestação dos serviços, diluição de custos administrativos relacionados à contratação, otimização da gestão contratual e melhor planejamento orçamentário. A definição desse período também se justifica em razão das peculiaridades do objeto, em razão da	Adicionada a justificativa para a vigência inicial de 24 meses.

		necessidade de manutenção ininterrupta dos equipamentos críticos à identificação e controle de acesso nas dependências do Senado.	
Recomendações COPEL (NUP 00100.089873/2025-91)			
1. Com relação aos critérios estabelecidos para a comprovação de capacidade técnica, em face da tipicidade do objeto a ser mantido, sugere-se ao órgão técnico avaliar se, de fato, encontrará no mercado relevante empresas que possuam atestados de manutenção preventiva e corretiva em impressoras de crachá com prazo continuado de 12 (doze) meses consecutivos, pois, mesmo admitindo-se o somatório de atestados, salvo melhor juízo, as empresas que geralmente prestam serviços dessa natureza o fazem sob demanda, o que poderá configurar um eventual caráter restritivo à competitividade do certame e inclusive colocar em risco o sucesso da contratação, que poderá restar fracassada caso nenhuma das empresas participantes logre êxito em comprovar o atendimento dos requisitos de capacidade técnica exigidos. Soma-se a isso, ainda, o baixo interesse das empresas consultadas na fase de elaboração de pesquisa de preços.	3.6.2. Será obrigatória a apresentação de atestado de capacidade técnica pelas licitantes, porquanto a manutenção preventiva e corretiva das impressoras de crachá exige conhecimento técnico especializado para diagnóstico, reparo e substituição de peças, garantindo a continuidade do serviço sem comprometer a funcionalidade dos equipamentos. A exigência do atestado visa assegurar que a empresa contratada possua experiência comprovada na execução de serviços similares, reduzindo riscos operacionais e garantindo a qualidade da prestação do serviço.	3.6.2. Não será exigida a apresentação de atestado de capacidade técnica para fins de habilitação. A decisão fundamenta-se na tipicidade do objeto, que trata de serviços de manutenção de equipamentos de informática de uso específico, bem como no baixo interesse identificado no mercado durante a fase de pesquisa de preços, na qual houve dificuldade de se obter propostas de empresas interessadas na prestação do serviço. A exigência de atestados com escopo e duração específicos poderia representar restrição à competitividade, contrariando os princípios da ampla concorrência e da busca da proposta mais vantajosa para a Administração.	Termo de referência foi alterado de forma a não exigir atestado de capacidade técnica.
2. No que diz respeito ao CATSER indicado no Anexo 1 da minuta de edital, embora o código se encontre ativo e guarde relação com o objeto da licitação, cumpre registrar que a unidade disponível no sistema para o código (unidade) não coincide com aquela constante do Anexo 1 da minuta de edital (mês). Assim, com o intuito de evitar eventuais equívocos por parte das licitantes, recomenda-se	(item incluído)	Em que pese constar do sistema Compras.gov.br unidade distinta, para fins de formulação da proposta deverão ser consideradas as unidades de medida informadas na tabela acima, nos termos do item 1.1.1 deste edital.	O texto sugerido foi incluído no local indicado.

<p>acrescentar no Anexo 1 (Termo de Referência), mais especificamente abaixo da tabela informativa de quantidades e preços estimados, a seguinte observação: "Em que pese constar do sistema Compras.gov.br unidade distinta, para fins de formulação da proposta deverão ser consideradas as unidades de medida informadas na tabela acima, nos termos do item 1.1.1 deste edital."</p>			
<p>3. Também com respeito ao CAPÍTULO III da minuta de edital, mais especificamente no que se refere ao item 3.1, recomenda-se que o órgão técnico avalie a possibilidade de reduzir a antecedência mínima para a realização da vistoria técnica de 2 (dois) dias úteis para 1(um) dia útil, contado da data marcada para a abertura da sessão pública. Tal medida visa conceder mais tempo aos licitantes interessados, ampliando a possibilidade de realização de vistoria aos interessados, dentro do prazo legal de divulgação do edital.</p>	<p>3.2. É facultado à licitante interessada em participar do Pregão decorrente deste TR, mediante prévio agendamento junto ao Serviço de Relacionamento Com Mantenedores (SERMAN) do Senado Federal, realizar vistoria técnica, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, contados da data marcada para a sessão pública, para conhecer as instalações.</p>	<p>3.2. É facultado à licitante interessada em participar do Pregão decorrente deste TR, mediante prévio agendamento junto ao Serviço de Relacionamento Com Mantenedores (SERMAN) do Senado Federal, realizar vistoria técnica, com antecedência mínima de 1 (um) dia útil, contados da data marcada para a sessão pública, para conhecer as instalações.</p>	<p>Item 3.2 do TR foi alterado para permitir a vistoria técnica até 1 dia útil antes da data marcada para a sessão pública.</p>